

O professor de apoio no processo de inclusão na cidade de Uberaba/MG¹
El profesor de apoyo en el proceso de inclusión en la ciudad de Uberaba/MG

Márcia Fernanda de Oliveira Silva²
Flavio Medeiros³

Recebido em: 15/08/2020
Aprovado em: 25/09/2020
Publicado em: 30/09/2020

Resumo:

A inclusão tem sido discutida atualmente no contexto nacional, pois se faz urgente ampliar este movimento na educação, cabe mencionar que para este processo se desenvolver é fundamental o acompanhamento dos alunos com necessidades especiais pelo professor de apoio. Tendo em vista a Política Nacional de Educação Especial, este trabalho consistiu em um relato de experiência, com o enfoque no papel da professora de apoio de uma sala de educação infantil regular, em uma escola pública, na cidade de Uberaba/MG. Pretendeu-se demonstrar a relevância do trabalho desse profissional no processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais e na forma de auxiliar os professores regentes a fazer a inclusão se concretizar. Os resultados evidenciam que o domínio teórico, o comprometimento do professor de apoio são fundamentais para avançar o processo de inclusão e promover a aprendizagem aos alunos com necessidades especiais. Conclui-se que, o bom desempenho do trabalho do professor de apoio, a adequação do material de trabalho a ser utilizado junto ao aluno com necessidades especiais é fundamental. Além disso, o engajamento da gestão e demais servidores da escola se faz necessário para que a inclusão se torne uma realidade.

Palavras-chave - Educação Infantil. Inclusão. Professor de Apoio.

Resumen:

La inclusión ha sido discutida actualmente en el contexto nacional, ya que es urgente ampliar este movimiento en la educación, cabe mencionar que para que este proceso se desarrolle es fundamental el apoyo de los estudiantes con necesidades especiales por parte del profesor de apoyo. En vista de la Política Nacional de Educación Especial, este trabajo consistió en un informe de experiencia, centrado en el papel del profesor de apoyo de una escuela de párvulos normal, en una escuela pública de la ciudad de Uberaba/MG. El objetivo era demostrar la relevancia de la labor de este profesional en el proceso de inclusión de personas con necesidades especiales y en la forma de ayudar a los profesores gobernantes a hacer realidad dicha inclusión. Los resultados muestran que el dominio teórico, el compromiso del profesor de apoyo son fundamentales para mejorar el proceso de inclusión y promover el aprendizaje de los estudiantes con necesidades especiales. Se concluye que, el buen desempeño del trabajo del profesor de apoyo, la adecuación del material de trabajo para ser usado con el estudiante con necesidades especiales es fundamental. Además, la participación del personal directivo y otros funcionarios de la escuela es necesaria para que la inclusión se haga realidad.

Palabras clave: Educación de la Primera Infancia; Inclusión; Profesor de apoyo;

¹ Artigo apresentado na disciplina Trabalho de conclusão de curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva.

² Licenciada em Letras Português/Inglês- UNIUBE, possui Pedagogia pela UNINTER, Pós graduação em Eja para privados de liberdade- UFTM, Pós graduação em Ciências da religião, pelo Instituto passo 1. Aluna do curso de Pós-graduação em Educação Profissional e tecnológica inclusiva- IFTM. E-mail: marciafernanda.silva@edu.uberabadigital.com.br

³ Professor do Curso de Pós Graduação em Educação Especial IFTM – Campus Uberaba. baruck_07@yahoo.com.br

SILVA, M. F. O; MEDEIROS, F.

Introdução

No Brasil, atualmente, estudiosos têm realizado várias pesquisas sobre os processos de inclusão de pessoas com deficiência na educação regular, sendo que esta inclusão está prevista na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que tem por finalidade:

Garantir que haja a inclusão escolar de alunos com deficiências, transtornos de desenvolvimento global e altas habilidades para que esses tenham acesso, com participação ativa, no processo de aprendizagem em qualquer nível de ensino regular (BRASIL, 2008, p.14).

Na cidade de Uberaba, em Minas Gerais, cidade foco deste estudo, a Lei nº 10.033/06 versa sobre a inclusão de pessoas com deficiência e no seu artigo quarto, parágrafo segundo aponta que:

Consideram-se apoios especiais a orientação, a supervisão e as ajudas técnicas entre outros elementos que auxiliem ou permitam compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa com deficiência, de modo a superar as barreiras latitudinais, da mobilidade e da comunicação, possibilitando a plena utilização de suas capacidades em condições de normalidade. (UBERABA, 2006, p.2).

Cabe ressaltar que, apesar da inclusão estar pactuada desde a promulgação da Constituição Federal (BRASIL,1988), foi a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 1), promulgada na cidade de Salamanca, na Espanha, que impulsionou os processos de inclusão em todo o mundo.

Assim, a inclusão escolar passou a ser exigida dos países que não cumpriam com a devida responsabilidade as leis relacionadas, destacando a maior preocupação com a educação das crianças e a necessidade de mais rigidez em relação à inclusão por todos os países participantes da elaboração da declaração, porque, mesmo com as leis já existentes, até então ainda havia vários países que não tratavam a inclusão com a importância necessária.

Aquela declaração foi elaborada na Conferência Mundial sobre Educação Especial, organizada pelo governo da Espanha, em cooperação com a UNESCO, com a participação de mais de oitenta países, inclusive do Brasil, e trouxe novos objetivos para

SILVA, M. F. O; MEDEIROS, F.

prover diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais, sendo considerado um dos principais documentos mundiais visando à inclusão social.

Assim, nas escolas da cidade de Uberaba, o professor de apoio tanto na rede estadual quanto na rede municipal de ensino é ofertado aos alunos que possuem algum tipo de deficiência. Essa função de apoio exige do profissional formação especial para otimizar o processo de ensino/aprendizagem desses alunos que precisam de mais atenção. Esse profissional precisa flexibilizar as atividades da professora regente, que é a professora responsável pelos alunos chamados “laudados”, para que se possa alcançar a necessidade de seus alunos, de forma que qualquer atividade para o aluno com deficiência passa anteriormente por esta professora.

Nesse sentido, as discussões acerca do processo de inclusão, geralmente, não levam em conta a participação deste profissional no contexto da inclusão, ou quando este aparece não lhe é dado o protagonismo que lhe cabe. Portanto, para dar luz a esta questão, buscamos relatar a prática docente deste profissional no cotidiano de uma escola pública na cidade de Uberaba/MG, a fim de demonstrar a relevância do trabalho do professor de apoio no processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais e na forma de auxiliar os professores regentes a fazer a inclusão se concretizar. Lembrando que temos na sala de aula em torno 30 alunos para que esse processo seja bem feito necessitamos como professora regente auxílio do profissional de apoio.

Este trabalho se justifica pela necessidade de ampliar as discussões sobre o processo de inclusão educacional de pessoas com necessidades especiais, dando ênfase ao trabalho do professor de apoio, figura que muitas vezes não tem voz no processo de inclusão, porém é este profissional que atua diretamente neste processo educacional, haja vista, que o ele é o mediador do conhecimento entre o professor regente e o aluno com necessidades especiais.



SILVA, M. F. O; MEDEIROS, F.

Fundamentação Teórica

A Inclusão Escolar

A inclusão escolar de crianças com deficiência no Brasil é considerada um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2015b), os quais asseguram à população o direito a uma educação de qualidade, compreendida como um processo educativo que conduza os educandos a uma formação ampla, diversificada e cidadã (LIMA, 2006).

A inclusão escolar parte do princípio de que todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular (MANTOAM, 2003). A educação é um direito humano e universal e deve ser colocado à disposição de todos os seres humanos, com ou sem deficiência. Esse direito está garantido se o ensino concedido visar ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania, devendo ser ofertado em estabelecimento oficial de ensino, os quais não devem separar em seu interior as pessoas por grupos (MANTOAN, 2003).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que regulamenta toda a educação no Brasil e inclusive a modalidade de educação especial, assegura que o ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deve ser ofertado, preferencialmente, na rede regular. De acordo com essa lei, os sistemas educacionais deverão oferecer estratégias de ensino para favorecer a aprendizagem pelos alunos, como currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, organização e terminalidade específicos e professores especializados.

A educação especial, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), tem como função o atendimento educacional especializado e deve ser ofertada no contraturno, devendo complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes, com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Dessa forma, ela tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena

SILVA, M. F. O; MEDEIROS, F.

participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2008).

O papel do profissional de apoio na educação inclusiva

O papel do profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser realizado no contraturno, ao contrário do Professor de Apoio, que atua na sala de aula acompanhando os alunos com necessidades especiais. É importante lembrar que, em alguns casos, ainda há uma confusão quanto à nomenclatura dos cargos.

O artigo 27, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, (BRASIL, 2015a) em seu inciso XVII, aborda a questão da “oferta de profissionais de apoio escolar” que deve acontecer em todos os níveis de formação, ou seja, da educação infantil à pós-graduação. É importante observar que há pontos que não são contemplados na legislação e isto gera lacunas que tornam o acesso à educação por parte das pessoas com necessidades especiais mais difíceis, como por exemplo, quando não tipificam a formação do profissional de apoio, focando apenas o intérprete de libras.

É bastante relevante entender a importância do profissional de apoio no processo de inclusão escolar, entretanto, não se pode esquecer que essa profissão é extremamente nova no Brasil.

Conforme visto anteriormente, a lei que resguarda essa profissão é o Estatuto da Pessoa com Deficiência e foi a partir dessa publicação que a população pode começar a cobrar do Estado o direito à igualdade e à liberdade, bem como ao convívio social, das pessoas com qualquer tipo de deficiência.

A escola deve aceitar a criança com a deficiência que possui, e também fazer com que ela se sinta acolhida, respeitada. Para ficar claro o papel do profissional de apoio na educação inclusiva, é necessário se fundamentar no artigo terceiro da Lei 13.146 (BRASIL, 2015a), pois delimita o que é acessibilidade, recursos assistivos, barreiras, entre outros conceitos essenciais para a compreensão de como acolher as pessoas com necessidades especiais em todos os ambientes, além da escola, e mais especificamente no inciso VI, como se observa:

SILVA, M. F. O; MEDEIROS, F.

adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;(BRASIL, 2015a)

Dessa forma, o profissional de apoio é o elo entre a comunidade escolar e o aluno portador de necessidades especiais. É ele quem ajuda a criança desde os momentos de higiene, alimentação, locomoção até o auxílio com os conteúdos escolares e em todas as tarefas diárias dentro da escola, independentemente do nível de ensino em que se encontra o aluno, incentivando a autonomia, quando possível.

Na educação infantil, esse profissional é indispensável para a escola, porque a idade dos alunos deficientes demonstra o quando eles precisam dos adultos para realização de algumas atividades. Todos os alunos deficientes têm direito aos serviços do profissional de apoio, a partir do momento em que se comprova a necessidade dele e, independentemente de qual escola estuda, seja pública ou privada, a contratação deste profissional é feita pela instituição de ensino e não pelas famílias.

Esse profissional de apoio deve estar na escola para facilitar o trabalho do professor regente e o caminho do ensino/aprendizado do aluno com deficiência, permitindo a acessibilidade dele ao ensino. Cada profissional não deve atender mais de três alunos, porque a responsabilidade maior dele é fazer a inclusão destes alunos no ambiente escolar.

Um ponto negativo quanto à atuação desse profissional é que nem todos possuem formação adequada para trabalhar com as crianças deficientes, mas a lei os resguarda, e atribui diversas funções ao profissional como se vê no artigo terceiro, inciso XIII:

profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

Por ser uma profissão nova, ainda necessita de adequação quanto a regulamentação para que se possa compreender melhor o papel e a função desse profissional. Sabe-se da sua importância no processo de inclusão, mas é preciso definir

SILVA, M. F. O; MEDEIROS, F.

as atribuições, principalmente se pensarmos na função exercida nos anos finais da Educação Básica, na profissionalização, na graduação.

No Brasil, ainda não é regulamentada a profissão de professor de apoio, assim, seu papel é realizado por diversos profissionais, como auxiliares de sala, estagiários de pedagogia, professores com ou sem habilitação em Educação Especial, chegando até casos de familiares.

A regulamentação é fundamental até para que este profissional tenha uma formação mínima para atuar junto aos estudantes e colaborar com a equipe escolar na acessibilidade geral dos estudantes com deficiência ou com transtornos do espectro autista. (OLIVEIRA, 2019, p.2).

É relevante comentar que a principal função desse profissional de apoio é atuar na mediação das atividades escolares, sempre sendo orientado quanto às suas ações para realizar esta mediação de acordo com o planejamento do professor regente da sala.

O professor regente da sala é o responsável pela avaliação, pelo planejamento, pelas atividades e pelas intervenções que o estudante necessita. Algumas escolas pedem para que o profissional de apoio faça a flexibilização das atividades para os alunos que ele assiste, sempre auxiliando na continuidade das mediações durante as atividades propostas pelo professor regente e partilhando com o professor regente as observações que teve durante a aplicação das atividades.

Há outro fato muito importante que não se pode deixar de citar aqui: nem todos os alunos vão precisar de professor de apoio durante toda sua vida escolar. A equipe escolar precisa ficar atenta e acompanhar a evolução dos alunos para que estes tenham sua própria autonomia.

E preciso garantir que o papel do profissional de apoio se torne cada vez mais transitório no processo de ensino/aprendizado dos alunos com deficiência, não deixando de avaliar a evolução individual de cada aluno e nem deixando de lado as necessidades de cada um. Entretanto, se for preciso, a qualquer momento do processo de ensino/aprendizado, o retorno desse profissional deve acontecer imediatamente.

Nota-se que no Brasil o processo de inclusão de crianças com deficiência apresentou-se tardiamente, no entanto, busca-se desenvolver e potencializar a educação inclusiva nas escolas públicas, principalmente na educação básica, com o esforço de

SILVA, M. F. O; MEDEIROS, F.

professores regentes e o trabalho ímpar dos professores de apoio ou professores de acompanhamento especial.

Nesse sentido, a escola que pretende trabalhar com a inclusão precisa adaptar seu currículo de forma dinâmica e que permita ao educador realizar as adaptações necessárias para o melhor desempenho de seus alunos.

Metodologia

Neste trabalho, abordou-se um relato de experiência da atuação como professora regente em uma turma de alunos do ensino fundamental I, turma de quinto ano, alunos esses que tem em torno 10 anos de idades, tenho na sala a presença de um professor de apoio.

Para a realização deste trabalho, utilizou-se como ferramenta metodológica a observação participativa, com a geração de um relato de experiência. Nesse tipo de observação, o observador se insere no contexto em análise atuando parcialmente como membro do grupo e do processo de construção do conhecimento.

Dessa forma, a observação foi realizada por uma professora que atua na educação infantil e no primeiro segmento do ensino fundamental, em uma escola da rede municipal da cidade de Uberaba/MG, recebendo alunos com necessidades especiais e, por conseguinte, professores de apoio.

A ideia da observação por essa professora e nessa escola surgiu justamente pela viabilidade de já se ter um profissional de apoio atuando junto aos alunos especiais e pela convivência sólida estabelecida entre essa mesma professora e a professora de apoio, bem como com os próprios alunos. Entretanto, neste momento da observação, coube à docente certo distanciamento para a análise do processo de ensino/aprendizagem desses alunos, nesta configuração de apoio.

Assim, nomeamos ficticiamente o professor e aluno observado, a fim de, preservar a integridade dos participantes. As aulas observadas neste trabalho aconteceram em uma escola da rede municipal da cidade de Uberaba/MG, entre o mês de Fevereiro e Março, em uma turma de quinto ano, no ano de 2020. Para contextualizar, ressaltamos que os dois participantes estão na escola desde no ano de 2019, este fato, que motivou a

SILVA, M. F. O; MEDEIROS, F.

escolha para verificar a interação entre, professora regente, a professora de apoio e aluno observado.

Para a observação, fiz um diário de bordo, onde buscamos responder as questões:
Como é a interação entre o professor de apoio e o aluno?
Qual a relação entre o professor regente e o professor de apoio?

Assim, a partir das anotações realizadas ao final de cada aula e conversas informais com os participantes, que ocorriam durante as aulas, auxiliaram para montagem do diário de bordo o qual sintetizamos na apresentação dos resultados, para responder as questões propostas. Buscamos a partir da observação e avaliação do desempenho do professor de apoio, discutir o processo de inclusão pelo olhar do professor de apoio.

Apresentação dos Resultados

Após o período de observação e da elaboração do diário de bordo, com a análise detalhada do diário, passamos a discorrer acerca das questões propostas durante a observação. Nossa primeira indagação foi sobre a interação entre o professor de apoio e o aluno com necessidades especiais.

Nesse sentido, foi notável o zelo por parte do professor de apoio auxiliando o aluno, incentivando-o a realizar as atividades. Entendemos que a relação afetiva se constrói por meio da interação que os mesmo adquirem e a partir da forma como o professor de apoio aborda as questões com o aluno, contribui positivamente para estreitar os laços e assim obter um bom desempenho na execução das atividades.

Tal postura se fundamenta também na Afetividade, Wallon assevera que:

O eu e o outro constituem-se, então, simultaneamente, a partir, de um processo gradual de diferenciação, oposição e complementaridade recíproca. Compreendidos como um par antagônico, complementam-se pela a própria oposição. De fato, o Outro faz-se atribuir tanta realidade íntima pela consciência como o Eu, e o Eu não parece comportar menos aparências externas que o Outro (WALLON, 1975, p.159)

Para o estudioso, a afetividade, se manifesta conforme os seres humanos são atingidos positiva ou negativamente pelas suas emoções, e como lidam com estas

SILVA, M. F. O; MEDEIROS, F.

emoções em suas relações sociais, tanto por estímulos internos como pelos externos, nesse sentido, quando o aluno recebe o incentivo, em nosso caso, por parte do professor de apoio, além da cognição o professor de apoio desenvolve outros estímulos que contribuem na formação do aluno, tanto no plano individual, como no social, cultural, cognitivo.

Foi verificado que o professor de apoio tem uma função que exige muita responsabilidade e empatia, tanto com o aluno quanto com o professor regente (a realidade da inclusão é bastante recente para muitos professores). O compromisso da professora de apoio não se limitava apenas a repassar os conteúdos das áreas afins e isso a fazia trabalhar ativamente, para que fosse possível mediar o conhecimento e, assim, despertar no aluno seu potencial, além de estimular sua curiosidade, compreender seus esforços e valorizar suas vitórias, de acordo com suas especificidades.

Na escola observada, há um compromisso em realizar o planejamento antecipado pelo professor regente para que ele compartilhe com o professor de apoio, e este profissional tenha tempo hábil para realizar a flexibilização das atividades que serão executadas pelos alunos da turma, mas de forma adequada conforme sua necessidade. Esta flexibilização ocorre em todos os conteúdos, pois contribui para que o aluno com necessidades especiais desenvolva as mesmas habilidades que os alunos com desenvolvimento tradicional, respeitando suas dificuldades e explorando as potencialidades, pertinentes a cada indivíduo.

Ressalta-se, também, que a questão da flexibilização do currículo é ampla, pois, é preciso pensar desde o currículo da educação básica, como os currículos de instituições de formação de professores, pois, os futuros professores atuarão diretamente na educação. Porém, aqui será discutida a questão curricular apenas no âmbito da educação fundamental.

Para se chegar a um processo de inclusão efetivo, faz-se necessário que os atores que atuam na área educacional reflitam acerca de sua própria prática pedagógica e do currículo que é adotado em seu local de trabalho. Os currículos são amplamente discutidos, conforme sinaliza os autores abaixo:

A elaboração curricular passa a ser pensada como um processo social, preso a determinações de uma sociedade estratificada em classes, uma

SILVA, M. F. O; MEDEIROS, F.

diferenciação social produzida por intermédio do currículo. Ao invés de método, o currículo torna-se um espaço de reprodução simbólica e/ou material (LOPES; MACEDO, 2011, p. 29).

Os autores demonstraram que os currículos ainda podem servir como instrumentos de exclusão quando não podem ser flexionados, conforme a necessidade imposta pela realidade. Entende-se que:

[...] o currículo não é um instrumento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares (MOREIRA; SILVA, 2008, p. 7-8).

Dessa forma, a instituição precisa ter clareza de que tipo de sociedade ela quer formar para adotar uma postura clara e objetiva. O currículo escolar se apoia em três pilares: conteúdo (o que ensinar), metodologia (como ensinar) e avaliação (como avaliar). Nessa perspectiva, a educação e a escola podem contribuir para a construção de uma sociedade que esteja sensibilizada para aceitar a inclusão.

Outro ponto relevante que chamou a atenção durante o período de observação foi o compromisso da professora de apoio com a adequação do material didático, o que acontecia sempre de forma bem alinhada com o plano de aula, em prol da deficiência daquele aluno, e mediando o acesso ao conteúdo, uma vez que transformou as atividades cotidianas levando em conta a realidade cognitiva, afetiva, emocional e social do aluno.

Foi observado que há momentos que o aluno sente os efeitos colaterais provocados pela medicação, o que gera sonolência, muitas vezes, e faz com que o aluno se torne irritado. Nesses momentos, a afetividade e empatia devem entrar em cena, para conseguir superar esses momentos que não são raros, além de distinguir os sintomas, pois há momentos que o profissional de apoio, percebe que o aluno as vezes não compreendeu o conteúdo ou a atividade a ser desenvolvida, e assim perde o interesse em sua realização.

Percebemos que a relação entre o professor regente e o professor de apoio deve ser uma relação dialógica e dinâmica durante todo o tempo, porém, percebeu-se que há professores, inclusive na escola em questão, que não estão preparados para trabalhar com esses alunos e suas especificidades. Assim, acabam centralizando a aprendizagem

SILVA, M. F. O; MEDEIROS, F.

dos alunos no professor regente ou simplesmente transferem toda a responsabilidade do aluno portador de necessidades especiais para o professor de apoio.

Nesse sentido, a segunda pergunta que buscamos responder-nos leva a refletir sobre a relação entre o professor regente e o professor de apoio, que deve ser colaborativa. Há casos, na própria escola, em que o professor de apoio torna-se um auxiliar do professor regente, uma vez que quando o aluno com necessidades especiais está ausente, este profissional passa a auxiliar em outras atividades. Entendemos que nessas ocasiões este tempo poderia ser aproveitado para o estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades para o aluno que é acompanhado, até mesmo para compensar o momento que o aluno não estava presente.

Assim, a inclusão deve ser expandida para a família também, que se torna corresponsável pela educação formal das crianças, pois são os pais também os responsáveis pela aprendizagem, não apenas a escola, com os professores.

Também é importante mencionar que a escola que recebe um aluno com necessidades especiais precisa adaptar-se para isso. São mudanças físicas estruturais, mas, também, mudanças no posicionamento de seus servidores e para a conscientização dos alunos que convivem com estes alunos especiais. Na escola de atuação da professora que foi observadora, ainda se enfrentam alguns obstáculos para mobilidade, no entanto, no que tange ao convívio social, houve uma adequação muito grande, pois, os servidores, desde os que atuam na cantina até inspetores de alunos e pessoal da parte administrativa, adotaram uma postura mais humanista nas abordagens com os alunos com necessidades especiais.

Principalmente na escola em questão que atende uma comunidade carente, onde muitas vezes as crianças estão expostas a todo tipo de violência, física, psicológica. Assim, faz-se necessário que a escola possua um contato mais próximo com a família dos alunos com necessidades especiais, e possa servir de apoio para garantir que estas crianças tenham um desenvolvimento adequado, contando com uma rede de atendimentos com psicólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais que contribuam para a progressão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares.

SILVA, M. F. O; MEDEIROS, F.

Conclusão

Este trabalho possibilitou refletir sobre a atividade do professor de apoio em uma turma regular do ensino fundamental, com vistas a se revisitar de forma crítica a prática cotidiana da educação, que muitas vezes não compõe os estudos científicos.

Notou-se que é fundamental que a gestão escolar esteja apta a adotar estratégias de flexibilização do currículo para receber os alunos com necessidades especiais, uma vez que, sem isto, o trabalho do professor de apoio e, conseqüentemente, do professor regente encontra uma barreira que é a de atuar de maneira excludente, ao invés de realizar a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Outro fator crucial para o bom desempenho do trabalho do professor de apoio é a adequação do seu material de trabalho para o aluno com necessidades especiais, de forma que, se a gestão não o apoiar, conseqüentemente, não haverá a inclusão. Esse apoio em nível da gestão escolar passa por questões financeiras inclusive, já que é preciso de atividades impressas coloridas, materiais didáticos adequados a cada necessidade dos alunos, entre outras. Assim, o colegiado, professores, pais e comunidade precisam se mobilizar para alcançarem essa inclusão efetiva nas escolas regulares, pois não é possível se falar de inclusão sem que toda a comunidade escolar lute pela causa.

Cabe ressaltar que o profissional de apoio é de tamanha relevância para o processo de inclusão escolar, quiçá da inclusão como um todo, porque, muitas vezes, a própria família não sabe se relacionar adequadamente com os alunos deficientes, independente de qual tipo de deficiência que ele tenha necessita de carinho e companheirismo que por vez é encontrado no professor de apoio que passa a entendê-lo melhor, pelo vínculo que é criado, por estarem quase o tempo todo juntos.



SILVA, M. F. O; MEDEIROS, F.

Referências

Brasil (RCNEI, 1998). Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, 2015 “a”, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. 2015 “b”, **Lei Federal nº. 8069, de 13 de julho de 1990**. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente .Legislação correlata. 13. ed. Brasília, DF. Câmara dos Deputados, 2015.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

LIMA, P. A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da. **Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução**. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 7-8

UBERABA. LEI Nº 10.033, 23 de agosto de 2006. **Institui programa de inclusão da pessoa com deficiência no âmbito da administração pública direta, autarquias e fundações do município e dá outras providências**. Disponível em: <http://leismunicipa.is/pmtln>. Acesso em: 02 de junho de 2020.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

WALLON, Henry (1973/1975). **A psicologia genética**. Trad. Ana Ra. In. *Psicologia e educação da infância*. Lisboa: Estampa (coletânea).

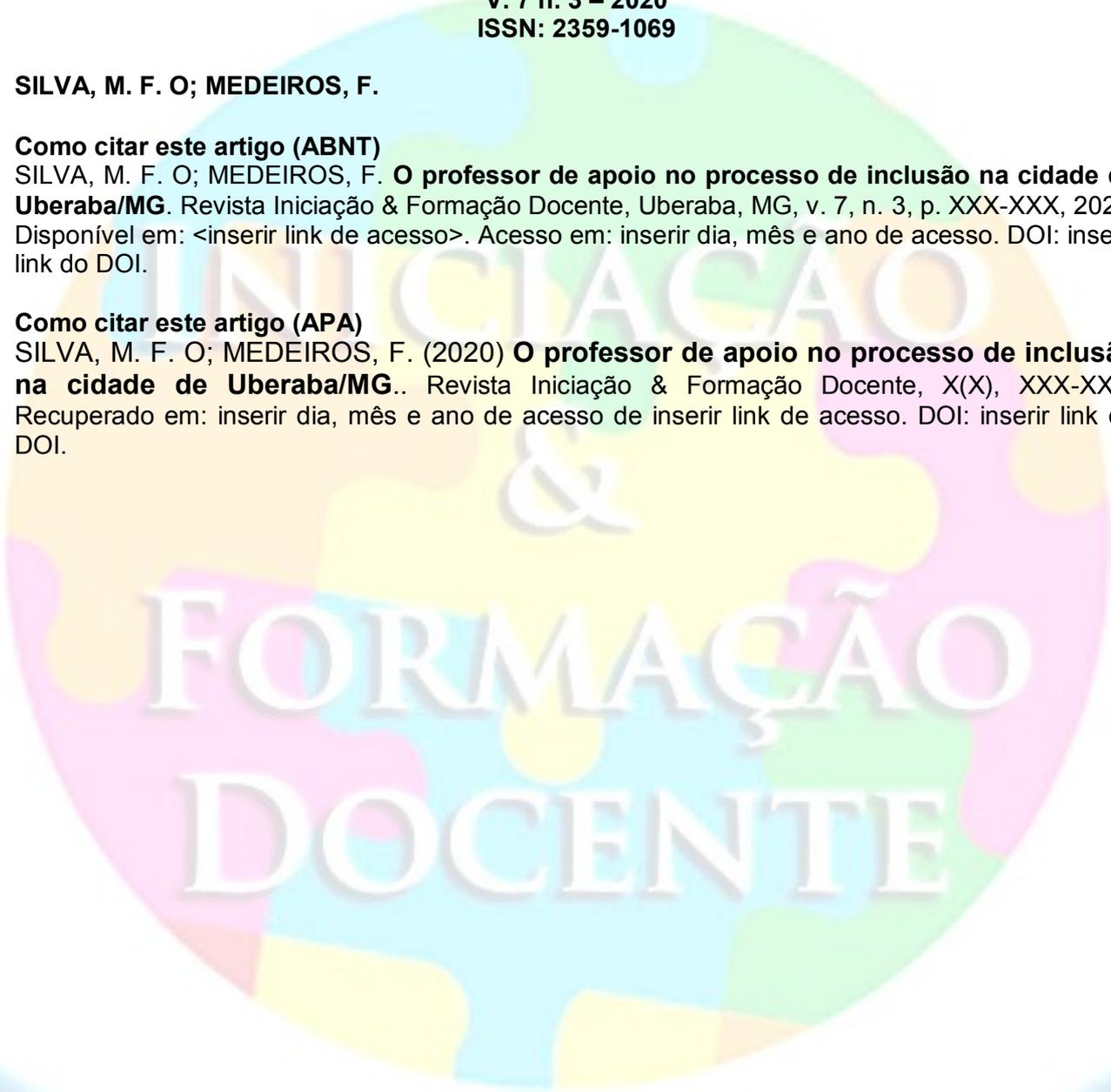
SILVA, M. F. O; MEDEIROS, F.

Como citar este artigo (ABNT)

SILVA, M. F. O; MEDEIROS, F. **O professor de apoio no processo de inclusão na cidade de Uberaba/MG**. Revista Iniciação & Formação Docente, Uberaba, MG, v. 7, n. 3, p. XXX-XXX, 2020. Disponível em: <inserir link de acesso>. Acesso em: inserir dia, mês e ano de acesso. DOI: inserir link do DOI.

Como citar este artigo (APA)

SILVA, M. F. O; MEDEIROS, F. (2020) **O professor de apoio no processo de inclusão na cidade de Uberaba/MG**.. Revista Iniciação & Formação Docente, X(X), XXX-XXX. Recuperado em: inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso. DOI: inserir link do DOI.



INICIAÇÃO
&
FORMAÇÃO
DOCENTE